

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

**Notas sobre a controvérsia da formação econômico-social do
Brasil: Caio Prado Júnior e Clóvis Moura**

*Notes on the controversy of the socio-economic formation of Brazil: Caio
Prado Júnior and Clóvis Moura*

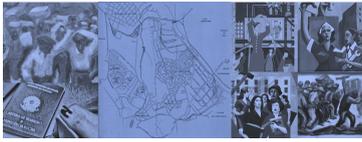
Henrique Roberto Figueiredo; mestrando em História Social (PUC-SP);
hrfigueiredo2016@gmail.com

RESUMO: O presente artigo busca investigar, através da metodologia das controvérsias, as convergências e divergências no emprego da categoria trabalho nos livros *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], de Caio Prado Júnior e *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994], de Clóvis Moura. Para isso, procura levantar duas notas críticas sobre esses dois momentos e posições no interior da controvérsia da formação econômico-social do Brasil no que tange as análises do período colonial. Tem-se especial atenção na maneira como trabalho escravo, modo de produção e formação social enquanto categorias são articuladas nas respectivas interpretações do Brasil.

Palavras-chave: Metodologia das controvérsias. Formação econômico-social do Brasil. Trabalho. Caio Prado Júnior. Clóvis Moura.

ABSTRACT: This article seeks to investigate, through the methodology of controversies, the convergences and divergences in the use of the category work in the books *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], by Caio Prado Júnior and *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994], by Clóvis Moura. For this, it seeks to raise some critical notes about these two moments and positions within the controversy of the socio-economic formation of Brazil with regard to the analyzes of the colonial period. Special attention is paid to the way in which slave labor, mode of production and social formation as categories are articulated in the respective interpretations of Brazil.

Keywords: Methodology of controversies. Economic and social formation of Brazil. Work. Caio Prado Júnior. Clóvis Moura.



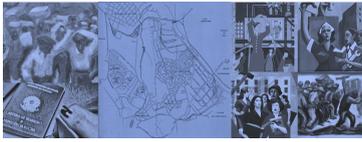
INTRODUÇÃO

Os economistas muito tem discutido a validade de se produzir uma História do Pensamento Econômico Brasileiro. Parte considerável entende que não há produção econômica analítica revelante no Brasil, a não ser a da CEPAL¹, o que, por sua vez, inviabiliza efetivamente uma HPEB. Essa é uma posição positivista herdada das formulações de Joseph Schumpeter, que encadeia escolas de pensamento de maneira evolutiva. O entendimento desse autor, habilitado por economistas no Brasil, seria eurocêntrico, por entender que apenas no centro do capitalismo existem formulações analíticas de relevância, enquanto caberia à periferia, apenas análises conjunturais ou que repetissem modelos e instrumentais analíticos formulados no centro (MALTA; CURTY, 2019, p. 115-116).

De outro lado, existem economistas e historiadores que advogam a necessidade de se produzir uma História crítica do Pensamento Econômico Brasileiro, considerando que a economia brasileira se produz e reproduz de formas diferentes das economias centrais do capitalismo. A particularidade da formação econômico-social do Brasil requisita, portanto, de economistas, historiadores e sociólogos diferentes estratégias de análise desde o período colonial até o período contemporâneo. As várias tentativas de caracterização e compreensão da formação econômico-social do Brasil geraram o que se pode chamar de “pensamento social brasileiro” que, por sua vez, conecta diversos “intérpretes do Brasil” (MALTA; CURTY, 2019, p. ; IANNI, 2000)

Em outras palavras, para Malta e Curty, a HPEB, deve-se considerar a produção desses “intérpretes do Brasil”, dado que a economia brasileira, por seu estrato inicialmente colonial, bem como suas demais particularidades, se apresenta de maneira distinta das economias centrais. A distinção condicionaria as apreensões e formulações no campo das ideias e do pensamento, que ao invés de formular tipos ideais para enquadrar o concreto, deve apreender do real o concreto pensado como síntese de múltiplas determinações, assim: “É possível, portanto, compreender a obra dos intérpretes do Brasil como parte da história do pensamento econômico brasileiro e

¹ Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.



inserir a contribuição desses intérpretes nas diferentes controvérsias que compõem a HPEB.” (MALTA; CURTY, 2019, p. 128).

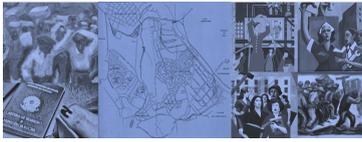
O presente artigo, dessa maneira, toma como premissa as elaborações feitas pelos autores que advogam a necessidade da construção de uma HPEB a partir da abordagem das controvérsias, formulada por Maria Malta, Rodrigo Castelo e Curty. Essa metodologia parte do entendimento de que Karl Marx, para efetivar sua apreensão teórica do modo de produção capitalista em *O Capital*, passou por uma apreensão crítica da História Econômica, isto é, dos economistas burgueses que o precederam. Esse escrutínio crítico, segundo os autores, é parte constituinte e necessária da elaboração teórica do autor. Além disso, os autores defendem que Marx não apenas analisou as ideias ou o pensamento de seus predecessores, observando-os de forma imanente, ou seja, em sua lógica interna, como se preocupou em observar o contexto social da produção do pensamento (MALTA; CASTELO, s/d, p. 6).

Desta forma, o seu método de pesquisa da HPE combina o estudo do período histórico de referência (amplamente explorado no livro I de *O Capital*) com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências (MALTA; CASTELO, s/d, p. 6).

Assim, a abordagem das controvérsias surge como metodologia que combina análise do texto e do contexto social de produção das ideias, entendendo que para a elaboração teórica dentro da Economia se faz necessário refletir sobre a História do Pensamento Econômico. Mormente, que as diferenças na economia brasileira suscitam formas diferentes de sua apreensão pelo pensamento, o que, por sua vez, não inviabiliza uma História do Pensamento Econômico Brasileiro, como defendem alguns economistas. Nessa abordagem, procura-se compreender que:

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico e da dialética abre espaço para percebê-la como construída por diversas controvérsias, suscitadas a partir da realidade concreta nos diferentes momentos históricos e constituídas por diferentes formulações de pensamento que visem dar conta de analisar e sintetizar estas realidades concretas. (MALTA; CURTY, 2019, p. 104).

Ainda segundo as autoras, uma história dialética do pensamento precisa levar em conta a crítica como a chave da leitura. A crítica entendida como processo de conservação dos conteúdos emancipatórios e descarte do conteúdo decadente, morto do objeto estudado, para construir sua superação (MALTA; CURTY, 2019, p. 116). As



controvérsias seriam, portanto, resultado da: “[...] visão crítica da história do pensamento econômico [que] o sistematiza a partir do confronto destas diferentes formulações que podem vir a ser formadas a partir dos elementos que se manifestam na realidade, constituindo, assim, as *controvérsias*.” (MALTA; CURTY, 2019, p. 111).

Se, como as autoras propõem, é possível fazer uma História do Pensamento Econômico Brasileiro a partir das controvérsias, entende-se que uma das centrais, senão a primeira, consiste na *controvérsia da formação econômico-social do Brasil*. Ela se deu ao longo do século XX, mas, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, onde pode-se situar autores como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen ainda na década de 1930 e 1940, seguidos de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Darcy Riberio, Paula Biguelman, nas décadas de 1950 e 1960, e mesmo Jacob Gorender e Clóvis Moura na passagem dessas décadas para a década de 1970. Essa controvérsia, entre outras coisas, significou revisitar a história colonial do país, pois tratando-se de um país colonizado, sua história social, cultural e econômica requeria investigações sobre a origem endógena ou exógena de fatores e processos de constituição de instituições, organizações e relações sociais internas ao país.

Compreender como caracterizar a formação econômico-social do Brasil entre as décadas de 1930 e 1970 levou os intérpretes a discutirem qual *modo de produção* foi vigente no país durante o século XX e, ao mesmo tempo, subsidiou análises de sua estrutura e da superestrutura para a construção de programas políticos partidários.² Ao discutir o modo de produção estabelecido na contemporaneidade e revisitar o passado colonial, os intérpretes do Brasil se deram com um problema a ser explicado: a existência do trabalho escravo durante o período colonial e suas possíveis marcas no Brasil contemporâneo. Parte deles precisou dar uma explicação para a ocorrência da escravidão no período colonial e seus efeitos no Brasil do século XX, para só assim, explicar o que era aquele Brasil do presente.

De um lado, erigiu-se uma interpretação que via nas relações coloniais, inclusive no trabalho escravo, relações feudais mais ou menos transplantadas para o

² Cf., WASSERMAN, Claudia. Debates sobre modo de produção no período colonial: usos políticos do passado e as experiências de tempo. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. ISSN: 1679-1061, Nº26, Jan./Jul., 2019.



Brasil, que figuraram como resquícios ou restos feudais no Brasil do século XX. De outro lado, erigiu-se uma interpretação que entendia a colonização do Brasil como eminentemente capitalista e, por isso, passados séculos, o Brasil do século XX, não poderia possuir resquícios feudais, dado que nunca fora feudal. Apesar da existência do trabalho escravo e de seus resquícios na sociedade brasileira, a relação de produção dominante não era suficiente para invalidar a existência de um capitalismo comercial.³

Uma terceira interpretação surge na controvérsia da formação econômico-social do Brasil. Ela considera que o modo de produção é definido pela característica dominante da relação social de produção e a formação econômico-social pelo modo de produção dominante em determinada sociedade e, por isso, no Brasil colonial teria existido um novo modo de produção, o escravismo colonial. A tese foi formulada por Ciro Flamarion Cardoso e aperfeiçoada por Jacob Gorender com o lançamento de *O Escravismo Colonial*, em 1976, mas amplamente criticada e discutida.⁴

É no seio da segunda e da terceira posição frente a controvérsia que surge nosso objeto de investigação. O trabalho escravo tornou-se categoria central para diferenciar a posição que entendia a formação econômico-social do Brasil desde o período colonial como capitalista da posição que defendeu a inauguração de um novo modo de produção e conseqüentemente uma nova formação econômico-social durante o mesmo período. Essa apreensão se faz importante na medida em que pode-se analisar as posições a partir da metodologia das controvérsias. Isto pois, a categoria trabalho, segundo Malta e Castelo (s/d, p. 2) possui papel central no entendimento da sociedade capitalista.

Procura-se, dessa forma, levantar duas notas críticas sobre as convergências e divergências no uso da categoria trabalho em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], de Caio Prado Júnior e *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994], de Clóvis Moura. Entende-se esses dois livros como representantes de dois momentos e

³ A respeito dos posicionamentos feudal ou capitalista para analisar a formação econômico-social do Brasil cf., LIMA, Airton Souza de. Caio prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensos. In: **Revista Aurora**. Ano II número 3 – dezembro de 2008, pp. 70- 79.

⁴ Uma das críticas elaboradas sobre a categoria de “modo de produção escravista colonial” foi feita por Antonio Carlos Mazzeo. Cf., **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 1997.



posições no interior da controvérsia da formação econômico-social do Brasil no que tange as análises de seu período colonial. Tem-se especial atenção na maneira como trabalho escravo, modo de produção e formação econômico-social, enquanto categorias, são articuladas nas respectivas interpretações do Brasil. Parte-se da hipótese de que os autores, como “intérpretes do Brasil”, tiveram nessa controvérsia a pedra angular para formular diferentes posições políticas às quais se filiaram em seus determinados contextos políticos e econômicos.

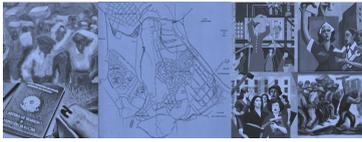
1. NOTA SOBRE A COMPREENSÃO DO SURGIMENTO DO TRABALHO ESCRAVO NO NOVO MUNDO NA CONTROVÉRSIA DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL

Em 1942 foi publicado o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. No seio das discussões sobre a nacionalidade brasileira e após as primeiras publicações da geração de 1930⁵, o autor se propõe a analisar a formação do Brasil através do materialismo histórico e dialético. O marxismo no Brasil ainda não havia dado saltos qualitativos em termos de interpretação de conjunto da formação econômico-social do país, embora o Partido Comunista Brasileiro já tivesse atuação de 1922. Pode-se dizer que as interpretações de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, dentro desse espectro, são inauguradoras, sem contudo, a pretensão de formularem uma interpretação de conjunto. Por isto mesmo, Caio Prado Júnior é considerado pioneiro do marxismo no Brasil⁶

Ao analisar o Brasil, o autor esbarra na gênese do trabalho escravo na colônia. Essa gênese é entendida por ele como necessidade de força de trabalho do senhor de

⁵ O termo se tornou usual a partir da publicação de **O significado de Raízes do Brasil**, escrito por Antonio Candido como prefácio à 6ª edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda., cf. Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 9-24. Outros autores costumam chamar o período de “ensaísmo” e os textos publicados na década de 1930 como “ensaios de interpretação histórica do Brasil”, cf. Mota, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1977. Aqui estamos denominando o conjunto de interpretações do Brasil próximos a essas preocupações da geração de 1930 como *pensamento social brasileiro*.

⁶ Para mais informações, cf., PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016 e RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

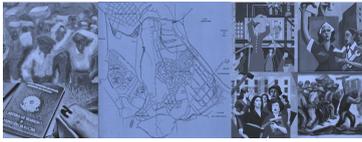


engenho em seu empreendimento. Segundo o autor, era impossível o empreendimento colonial ser composto pela “mão de obra” europeia e apenas de forma limitada pela indígena. Fato que induziu ao maior interesse econômico na “mão de obra escrava” do africano, por parte do empreendimento colonial (PRADO, [1942] 2011, p. 26). São utilizados argumentos de vários tipos, desde os de ordem cultural-religiosa ou mesmo climático-geográfica, mas é a formação e o desenvolvimento do *comércio* europeu, bem como a *racionalidade* do empreendimento colonial e do colonizador os pontos centrais, que figuram ao longo de todo o livro, como indicadores da gênese da escravidão na colônia.

O que podemos ver, além disto, é que a categoria *trabalho*, assumindo a forma de *trabalho escravo*, é também utilizada para explicar o *sentido da colonização* do Brasil, tese central que perpassa toda a argumentação posterior, acerca de seu povoamento, vida social, raças e administração. O trabalho escravo será o principal “regime de trabalho” ou relação de produção na colônia e por isso, será através dele que as mercadorias, dirigidas ao mercado europeu, serão produzidas. Um passado mais longínquo é invocado para servir de comparação com a relação de produção que se estabelece no Tráfico Atlântico. O autor acerca desse debate, afirma:

Em vez de brotar, como a escravidão no mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo. (PRADO, 2011, p. 287)

A maneira, segundo o autor, como emerge da racionalidade exploratória advinda do comércio europeu, difere da escravidão do mundo antigo, característica imanente das sociedades grega ou romana. A discussão sobre a origem da “escravidão” nas colônias ficou marcada nos debates teóricos dos *intérpretes do Brasil* e duas proposições principais se desprendem indicando os rumos das análises da época. Na primeira vertente, a escravidão do século XVI seria uma reabilitação da escravidão antiga, isso aconteceria causando atraso nas formações sociais das colônias, esse retrocesso seria acompanhado nos centros da economia com um avanço econômico e industrial no século XVIII e XIX, feudalismo e modo de produção antigo seriam utilizados como referências para entender o fenômeno moderno. Enquanto na segunda vertente, a escravidão teria ressurgido pelo desenvolvimento do modo de produção

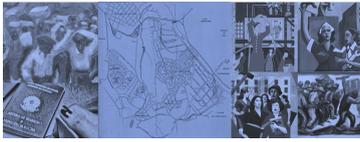


capitalista, substancialmente distinta da escravidão da Antiguidade, uma *relação social nova* conectada à dinâmica do modo de produção em nascimento, o modo de produção capitalista. Nas duas vertentes a escravidão aparece como um fator arcaico, ultrapassado, que ressurgiu de um passado longínquo, fomentada por uma dinâmica moderna.⁷

Caio Prado Júnior é partidário da segunda proposição apenas na medida em que esta compreende a escravidão moderna como movimento exógeno, conectada a dinâmica produtiva que lhe insere na colônia e ao sentido que lhe é atribuído desde fora. Mesmo no aspecto moral, para o autor, a escravidão moderna é diferente da antiga. Para ele, a concepção do processo colonial nas Américas é o desenvolvimento de um capítulo da história do comércio europeu. A intenção de povoar não existia inicialmente, o intuito era o comércio, e por isso, os portugueses conformaram feitorias na costa do Brasil, destinadas à extração, e posteriormente, à produção de gêneros tropicais (PRADO JÚNIOR, 2014 [1942], p. 20-21). Entretanto, se constituirão duas áreas de colonização, com diferenças significativas no desenvolver do fenômeno, cuja compreensão perpassa o uso da categoria trabalho. A divisão entre colonização de clima temperado e colonização nos trópicos, amplamente difundida na historiografia brasileira dos anos posteriores, funcionará como argumento em sua exposição.

Cabe ressaltar, isto posto, que para o autor a colonização toma outros rumos, sobretudo nas áreas temperadas. Teria ocorrido nelas, de forma mais intensa, a colonização de povoamento. Devido a conflitos religiosos intereuropeus, especialmente os da Inglaterra, ademais, devido a sua própria situação econômica, em meio ao processo de cercamentos no século XVIII, cujo deslocamento forçado impeliu enormes contingentes de camponeses para as cidades. Essa população sobrando, marginalizada nas periferias de Londres, Manchester, Liverpool, etc., quedava-se à mercê da sorte e das leis, que eram modificadas pelas autoridades para destiná-los ao Novo Mundo, sedento de força de trabalho e colonizadores. Em busca de trabalho, de terras ou de paz religiosa, os marginalizados na Europa eram forçados para a colônia, de modo que, em

⁷ Para mais informações sobre as vertentes que refletiram sobre o surgimento ou ressurgimento da escravidão, cf., GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, pp. 329-345.



muitas ocasiões, empregou-se a força de trabalho de populações brancas nessas regiões temperadas.

Os fatores geográficos e culturais como o clima e a maior permeabilidade cultural dos portugueses são utilizados para explicar as características da colonização nos trópicos, em especial, a do Brasil.⁸ O argumento de que as raças brancas não se adaptavam ao clima tropical, é relativizado, pelo autor, como sendo “meia verdade”, ao qual adiciona o argumento de um processo de seleção que permitiu a colonização em zona temperada. Segundo ele, o *yankee*⁹ seria adaptado às atividades necessárias para a abertura da colonização dos Estados Unidos. A argumentação nos demonstra que, a partir das condições do meio e do decorrer das gerações, a natureza selecionaria os mais aptos, transformando-os para o trabalho no clima quente dos trópicos (PRADO, 2014, p.25).

A área tropical se diferenciaria da área temperada, porque reuniria atributos naturais que proporcionariam gêneros que não existiam na Europa, cujo valor comercial, portanto, tornava-se alentado (PRADO, 2014, p. 25). Os colonizadores ibéricos estariam mais adaptados às mesclas culturais, experimentadas no continente com os mouros. Ao contrário da Inglaterra, não havia população sobrando em Portugal e Espanha, principais colonizadores dessa área, fazendo com que, em geral, não se “ensaiasse o trabalhador branco no Brasil” (PRADO, 2014, p. 27). Nela, os colonizadores brancos só se dirigiam de forma espontânea, quando reuniam condições para ser dirigentes dos empreendimentos (PRADO, 2011, p. 26).

Resulta dessa concepção, como podemos observar entre as proposições do livro de Caio Prado, o processo colonial entendido como um empreendimento dotado de uma racionalidade exploratória dos recursos naturais, com objetivo de ganhos imediatos, o senhor de engenho (europeu branco) não apto às condições do meio, não virá para a colônia para trabalhar, mas sim para coordenar o trabalho e dirigir uma

⁸ Esses argumentos foram provavelmente tomados de Gilberto Freyre e Oliveira Viana por Caio Prado Júnior, mas foram amplamente discutidos, questionados e revistos pela historiografia e sociologia brasileira ao longo do século XX, para mais informações, cf., GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244; MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Revista Memória Americana** 16 (1) - Año 2008, págs. 63-84.

⁹ *Yankee* é típico colonizador da costa leste dos Estados Unidos da América, que sobrevive de caça e coleta, ou mesmo do comércio de couro de animais.



“vasta empresa comercial”, utilizando o trabalho escravo de “raças inferiores” que domina (PRADO, 2011, p. 28). É nesse sentido que a escravidão se torna um recurso viável para a exploração do território.

A área tropical conformaria uma nova sociedade, uma sociedade diferente daquela já consolidada na Europa, enquanto na área temperada, teria ocorrido a configuração de uma sociedade à semelhança da Europa. Embora o clima, as condições do meio, as diferenças culturais sejam utilizadas como argumento para explicar a diferença entre as colonizações, e que essas argumentações possam e devam ser questionadas, ressalta-se aqui que há uma diferença central de suas análises em relação as análises no meso período histórico em que escreve. Os dois tipos de colonizações, colonização de povoamento e uma colonização de exploração, tem no trabalho, ao longo de sua argumentação, eixo diretor. Na área temperada, o colono europeu estaria disposto, por uma série de questões já elencadas, ao trabalho no Novo Mundo, resultando em povoamento e estabelecimento. Enquanto o colono europeu deslocado para a área tropical, não predisposto ao trabalho, com espírito aventureiro e comerciante, munia sua empresa comercial do trabalho escravo de outras “raças”.

Por outro lado, Clóvis Moura (2014 [1994]) argumenta em favor de que as relações de produção internas da colônia orientam sua vida material e social, isto é, que o tipo de trabalho empregado na colônia é o elemento basilar para a caracterização do modo de produção e da formação econômico-social do Brasil colônia, ao invés do comércio, como podemos confirmar no trecho abaixo:

Mas, as relações de produção escravistas eram, no entanto, o suporte fundamental que configurava as suas bases estruturais e determinava todos os demais níveis do relacionamento social. Em outras palavras: as relações escravistas de produção eram as fundamentais e as que determinavam internamente a sua dinâmica. E essa economia, por outro lado, que já foi chamada de uma “vasta empresa comercial”, somente poderia desenvolver-se e vender a sua produção substantiva se fosse compradora de uma mercadoria indispensável: o escravo. E aqui se conclui a definição de Caio Prado Júnior: era uma empresa comercial cujo modo de produção era o modo de produção escravista. (MOURA, 2014, p. 66)

Moura ratifica a percepção de “empresa colonial” formulada por Caio Prado Júnior. Embora não cite o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor faz menção direta ao conceito por ele defendido para explicar a colonização e a gênese do trabalho escravo na colônia. Com efeito, assume a racionalidade capitalista incipiente na



direção do processo colonial ao confirmar que os senhores produzindo para o mercado externo só poderiam ver na mão de obra escrava a rentabilidade econômica não alcançada com a mão de obra indígena. Setores interessados no comércio de escravizados, como eram os traficantes, se beneficiaram com, por volta, de 10 milhões de africanos sendo deslocados pelo Atlântico (MOURA, 2014 [1994], p. 67). Embora as insurgências, os suicídios e as fugas pudessem produzir ônus, o trabalho escravo: “(...) e não outro tipo de trabalho, mesmo compulsório e espoliativo, poderia dar resultados compensatórios ao novo tipo de empresa que se estabeleceu no Brasil. Fora disto, o sistema global que regulava as relações metrópole-colônia entraria em crise ou colapso” (MOURA, 2014, p. 67).

Como vemos pelas afirmações de Moura, acima citadas, busca-se a compreensão de uma racionalidade dos atores do processo inerentes ao próprio processo, para compreender a gênese do trabalho escravo na colônia. Isto não é visto apenas em Moura, como também em Caio Prado (2011 [1994]). No entanto, se por um lado, Caio Prado atribui essa racionalidade do senhor de escravos e dos traficantes (comércio de escravos) à lógica do capitalismo e do mercado europeu em expansão, Gorender (2016) por outro, nega essa racionalidade, mas observa a existência de conexões causais historicamente determinadas que beneficiam aos interesses de uma classe específica. Para o autor, o empreendimento colonial se dá porque as associações rentáveis para a colônia sob a forma plantagem, testada historicamente em outros territórios, alcançava maior produção associada ao latifúndio e ao trabalho escravo. A lógica que se estabelece, segundo Gorender, é antes do conjunto da dinâmica do novo modo de produção que dos indivíduos em suas classes e castas. Clóvis Moura, posterior aos demais, conserva a percepção de Caio Prado Júnior sobre uma “empresa colonial”, mas se imbui das teses de Gorender acerca do caráter geral do modo de produção que se estabelece na colônia, que por conseguinte, orienta a lógica dessa empresa. Sobre o debate de qual modo de produção gera o trabalho escravo no Brasil, Moura por fim, se posiciona como Gorender em *O Escravismo Colonial*:

Querer dizer que o modo de produção existente aqui era capitalista, porque estava diretamente ligado ao capitalismo europeu na sua fase mercantilista e com ele estabelecia relações mercantis através daquilo que se convencionou chamar de divisão internacional do trabalho, não se sustenta se partirmos da análise das relações de produção que existiam aqui. É que há confusão entre a



divisão internacional do trabalho e divisão internacional do comércio (mercado) (MOURA, 2016, p. 74).

E continua:

Acontece que os dois termos não têm o mesmo significado sociológico. A divisão internacional do trabalho seria aquela divisão estabelecida nas diversas áreas onde a mercadoria era produzida através do trabalho escravo (no nível de relações de produção), como o açúcar, fumo, algodão, metais preciosos para o mercado consumidor, e pelas classes senhoriais de cada região produtora. E a divisão internacional do comércio seria a divisão entre si das áreas de mercado comprador pelas nações que dinamizavam, no lado *ativo*, o mercado internacional (MOURA, 2016, p. 74).

Por meio das afirmações de Moura podemos perceber sua crítica à percepção geral de Caio Prado sobre uma história do comércio. Demonstrando sua análise mais associada à que Gorender faz, sob os aspectos internos ligados à relação de produção que se estabelece na colônia, e sobre os aspectos externos, aqueles que condicionam o estabelecimento de um tipo específico de relação de produção na colônia. Moura não utiliza o a categoria de “modo de produção escravista colonial”, mas sim a de “modo de produção escravista”, pois em nega as divergências do modo de produção escravista com relação ao modo de produção escravista colonial, tal qual formulado por Jacob Gorender.¹⁰

A crítica de uma história sob o ponto de vista das relações de troca como determinante dos processos sociais e econômicos, feita por Moura, nos suscita

¹⁰ Clóvis Moura afirma que “[...] reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumentum vocale*, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão modern expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc. tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se (numa estimativa incompleta e ideologicamente comprometida) que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XV, quando através das Cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados de “infíéis”, no primeiro caso, e de “bárbaros”, no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar em suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. Por isso mesmo, muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis econômicas específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quase quatrocentos anos, influenciou poderosamente no ethos da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu”, cf., MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 150.



questionar se Caio Prado Júnior, diferente dos demais autores, produz uma interpretação do Brasil a partir do comércio e não do trabalho. Considera-se entretanto, que Caio Prado Júnior, embora assinale a determinação da vida material e da vida social da colônia condicionadas e dinamizadas pelo comércio, como se fosse este a sua base, não deixa de perceber a importância que tem o trabalho escravo em todas as instâncias da vida na colônia. Caio Prado Júnior tem suas principais discussões com teóricos do IHGB¹¹ e positivistas nas variadas ciências sociais, e não com marxistas, marxianos e comunistas, como é o caso de Clóvis Moura, já ancorado sobre ampla tradição de análise da formação econômico-social do Brasil a partir do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. Dessa forma, suas discussões empreendidas na tentativa de promover uma interpretação do Brasil através do materialismo histórico, conduzem às inovações teóricas naquele contexto. O trabalho, embora não seja central para perceber o modo de produção interno da colônia, se apresenta como conceito incipiente que permite a análise dos fluxos migratórios, da produção e da indústria, do comércio, das relações entre as classes sociais.

2. NOTA SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO PERÍODO COLONIAL NA CONTROVÉRSIA DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL

Uma vez analisado o surgimento do trabalho escravo no processo colonial no Brasil, um novo problema se apresenta. Como caracterizar a relevância dessa relação de produção para o conjunto da economia e sociedade brasileiras? Em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (2011 [1942]), a categoria trabalho aparece, sobretudo, como atividade material que organiza a vida social da colônia. Em um primeiro momento, Prado Júnior afirma ser a escravidão a base da organização social brasileira. O texto é contraditório na medida em que, por um lado, salienta a violência, caráter incivilizado da escravidão e seu papel prejudicial para as culturas que foram escravizadas ao mesmo tempo que inferioriza as culturas e civilizações indígenas e africanas.

¹¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



O autor explica a formação do Brasil colônia como sendo permeada pela escravidão enquanto relação de produção dominante e como sua base material mais ou menos estável. Além disso, indica essa relação como capaz de explicar a marginalização de indivíduos, a exclusão do processo produtivo e de possuir na colônia a centralidade de: “(...) elemento que definirá, e na base do qual se formarão aquelas relações, é o trabalho, tomado aqui no sentido amplo e mais geral de atividade que proporciona ao indivíduo seus meios de subsistência.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 368).

Ao definir trabalho em seu sentido mais básico, o de atividade produtiva para subsistência, Caio Prado ao mesmo tempo transporta ao conceito a carga ontológica vista também por Clóvis Moura e, assim, caracteriza a formação econômico-social do Brasil. Ou seja, ao denominar o trabalho em sua forma genérica, e, portanto, básica e rústica, Caio Prado indica que a sociedade no Brasil colônia se apropria apenas rústica e basicamente da natureza. Sua atividade produtiva, o trabalho, é rudimentar.

A principal tese do livro é apresentada no primeiro capítulo, chamado *Sentido da Colonização*, consiste no argumento de que o direcionamento da colonização se dá como um capítulo da história do comércio europeu. O empreendimento colonial teria inicialmente partido da extração de madeira na costa, para as feitorias e por último estabelecido na agricultura e na mineração. O episódio da história do comércio europeu legará à colônia uma base econômica instável, que organizará também de forma instável sua vida social. A agricultura será a mais sólida de todas as bases anteriores, e, no entanto, manterá o que o autor chama de sentido da colonização, o direcionamento da produção de poucos gêneros agrícolas para o mercado externo. Caio Prado analisa a formação econômico-social do Brasil e no que concerne à forma geral da explicação, se imbui da concepção materialista da história, embora os pormenores sejam compreendidos por outros recursos, como por meio da cultura da colonização, dos fatores geográficos e climáticos do território, bem como da mentalidade da época. Segundo o autor:

Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se agravará profunda e totalmente



nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 29).

Conclui que, o “sentido da colonização” engendrado pela “empresa colonial” é o sentido de uma economia voltada para fora, produtora e exportadora de alguns gêneros agrícolas, sem consolidação de bases estáveis que possam suprir as necessidades internas de sua população. Salienta que a instabilidade das bases da economia na colônia é patente na alternância de ciclos de vulto dos gêneros agrícolas ou minerais. Estes ciclos econômicos inferem na dinâmica de povoamento da colônia, com concentração populacional em locais com vulto econômico e com o rápido enxugamento quando há o seu declínio. Esse declínio econômico produz a dispersão para locais onde um novo ciclo inicia.

Neste aspecto, Gorender (2016, p. 310-311) critica o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, embora reconheça as suas contribuições, ponderando-as. Empreendendo uma inversão radical no enfoque dado até então para os estudos da história do Brasil, sua preocupação se concentra na relação de produção vigente dentro da colônia, aquela que orienta a organização da vida material no país e que se relaciona reciprocamente com as forças produtivas. Caio Prado, no entanto, possui uma enfática visão do comércio externo, que para ele, seria a melhor forma de compreender a estrutura de um país. No capítulo XIII *Dinâmica econômico-social e historiografia*, Gorender argumenta que a concepção de “empresa comercial” restringe Caio Prado Júnior a um economicismo, que por sua vez, o impede de perceber a originalidade da formação social do Brasil colônia em sua totalidade, isso em decorrência do autor afirmar o “caráter primário das relações de produção e a ausência quase completa de superestrutura”, ademais de, na medida em que refuta o feudalismo não associando-o ao patriarcalismo presente na vida colonial, que surgia segundo o autor a partir do regime econômico, apenas como um “fenômeno superestrutural”, ou “epifenômeno cultural” +.

Todavia, a categoria trabalho segue em *Formação do Brasil Contemporâneo* sentido basilar semelhante com que adquire em *Dialética Radical do Brasil Negro*. Porém, sob a forma de escravidão permeia a vida social da colônia como sua base:



Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas (...) Porque a escravidão brasileira tem características próprios; aliás, os mais salientes, tem-nos em comum com todas as colônias dos trópicos americanos, nossas semelhantes; e são tais características, talvez mais ainda que outros comuns à escravidão em geral, que modelaram a sociedade brasileira (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285).

Pela frase acima de Prado Júnior, observa-se que o tratamento dado ao conceito de trabalho tem como princípio teórico ser a “atividade que garante a subsistência” e que quando toma formas articuladas que demandam maior abstração, o autor não o arregimenta em uma categoria explícita e bem definida, mas pelo contrário utiliza escravidão ou trabalho servil como se fossem sinônimos. Vida material e vida social em Caio Prado são utilizadas com a função categorial que modo de produção e formação econômico-social possuem para Clóvis Moura, no entanto, com menor apreensão sistemática, dado o uso diverso da categoria de trabalho em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*.

Em *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014 [1994]), Clóvis Moura se direciona para a compreensão minuciosa dos períodos e dinâmicas e transformações no interior do modo de produção escravista colonial. A luta de classes, sob a égide da contradição senhor e escravo, servirá ainda como elemento dinamizador desse modo de produção, e nele residirá como uma das características essenciais. Podemos visualizar o materialismo histórico como traço comum metodológico de Clóvis Moura e Caio Prado Júnior, que dá sentido à categoria trabalho no decorrer de suas interpretações do Brasil. A direção que toma na análise de Moura, por exemplo, segue:

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p. 74).

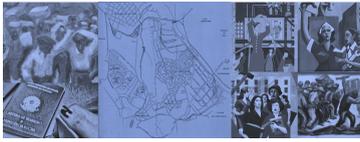
Moura, bem como Gorender, faz uma apropriação categorial do trabalho, sendo assim utiliza relações sociais de produção, modo de produção e formação social, além de estrutura e superestrutura. Vemos, no entanto, que sua análise se diferencia da empreendida por Gorender, sobretudo no método. Gorender utiliza o método



categorial-sistemático, preocupado com os fundamentos do modo de produção, com a estrutura. Seu texto narra a história do Brasil, desde o nível da economia política, expondo a anatomia do modo de produção escravista colonial, com enfoque nas leis tendenciais, nas categorias e suas relações, na plantagem escravista como célula da formação econômico-social da colônia. Enquanto Moura se atém na dinâmica interna, para as transformações do modo de produção escravista colonial ao longo dos séculos, compreendendo suas implicações na coesão social, no controle social, na violência e na organização e resistência dos escravizados.

No capítulo *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*, Moura argumenta o uso de uma periodização que estabelece diferenças fundamentais do escravismo. O *escravismo pleno* (1550-1850) e *escravismo tardio* (1850-1888) tem o intuito de delimitar a desenvoltura do modo de produção, situando-o no tempo. Observa-se, desde já, uma preponderância não da superestrutura jurídico-política, como se vê na historiografia clássica (Brasil colônia, Brasil Império, Brasil República, dentro dessa Primeira e Segunda República seguidas de Estado Novo etc.), senão uma interpretação do Brasil demarcada pelas mudanças ocorridas nas relações de produção, base do modo de produção e da formação econômico-social. A periodização leva em conta o modo de produção escravista, sua capacidade de manutenção/reprodução, bem como a dinâmica interna de luta de classes expressa em duas fases distintas de uma mesma relação de produção: o trabalho escravo no modo de produção escravista. Essa tese percorrerá toda sua elaboração teórica. A divisão temporal e estrutural proposta pelo autor é seguida de uma concisa justificativa, que se desdobra nos subitens sucessores, nos quais demonstra-se as diferenças e alterações por fatores externo e interno, regionais e tangenciais que vão tornando-se perceptíveis, sobretudo, pela modernização tecnológica possibilitando a demarcação do “nascimento, apogeu, decadência e decomposição do modo de produção escravista no Brasil” (MOURA, 2014, p. 45).

O *escravismo pleno*, segundo Moura, é o primeiro período do modo de produção escravista no Brasil. Seus limites compreendem o início da transferência de estruturas jurídicas e acúmulos de organização do regime de trabalho escravo da metrópole até o auge minerador de metais preciosos e o surgimento da vida urbana, e, em decorrência, a estratificação do trabalho em artesãos, carpinteiros, sapateiros e



escultores etc. O autor destaca um subitem na primeira seção *O Escravismo Pleno* (do primeiro capítulo *Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio*) para descrever seus *Rasgos fundamentais do escravismo pleno*: 1, monopólio comercial da Metrópole; 2, produção de gêneros para a exportação com pouca relevância da produção de subsistência; 3, tráfico internacional de escravos com tráfico triangular como mecanismo de acumulação da Metrópole; 4, impossibilidade de acumulação interna em grandes níveis; 5, latifúndio escravista como principal forma de propriedade; 6, legislação repressora; e 7, revolta e rebelião individuais ativas e radicais dos escravizados contra a escravidão (MOURA, 2014, p. 82-83). Dessa forma, o escravismo pleno:

(...) caracteriza-se pelo fato de as relações de produção escravistas dominarem quase totalmente a dinâmica social, econômica e política. Nessa fase, o número de escravos em regiões como a Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, em alguns momentos, é maior do que a de homens livres. Por outro lado, como reflexo imanente dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um *normal* e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativo que vão de intermitência nacional da quilombagem, às fugas, a suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e prepostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como também pela existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores. (MOURA, 2014, p. 80)

A resistência era feita pela negação do trabalho escravo ou da condição de escravidão. Argumentação também presente em *O Escravismo Colonial*, quando Gorender sustenta que o primeiro ato humano do sujeito escravizado é crime¹². O impasse causado pela oposição construída entre humano-escravizado, imposta pela condição da escravidão se resolvia apenas com o crime. É no plano jurídico que o escravizado tinha sua humanidade reconhecida. Nele, sendo o escravo condenado, tinha inevitavelmente sua humanidade atestada pelo julgamento. No plano simbólico/psicológico, na medida em que se desfaz da pressão e exigência sociais do seu silêncio, da sua confirmação passiva, da sua docilidade infantil, dando basta,

¹² No item “Coisa e pessoa” explica que há uma contradição inerente à condição escrava, discutida ao longo do pensamento ocidental: ser propriedade e ao mesmo tempo conservar a subjetividade, aptidões físicas e intelectuais. Neste sentido, Gorender não entende o escravo como coisa, pois é agente subjetivo e não capital fixo do processo produtivo escravista. Sua rebeldia encare o custo de produção para o senhor de engenho, cf., GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, pp. 92-98.



impondo limites e demonstrando consciência da injustiça, da dor e dos maus tratos é que sua humanidade é afirmada. Com o assassinato de seus senhores, no roubo de bens indispensáveis para subsistência, em furtos de ouro e de prata, em suma, com o crime, liberta-se. O *escravismo pleno* alcançava, então, a eficiência na economia voltada para o mercado externo, na produtividade e no controle das revoltas.

Por outro lado, o *escravismo tardio* seria uma fase de transição entre o *pleno* e o capitalismo dependente. É a fase de gestação dos mecanismos de endividamento, de criação do exército de reserva, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre como relação de produção dominante, isto é, o engendramento de relações capitalistas em meio ao *escravismo colonial*:

Uma das características mais importantes dessa segunda parte do *escravismo brasileiro*, que denominamos de *tardio*, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês (MOURA, 2014, p. 86).

Observamos que Moura define como segunda fase do *escravismo*, o momento em que relações capitalistas adentram o modo de produção. A base escravista, porém, permanece como fator de coesão da sociedade. O autor elenca cinco medidas centrais para a decomposição do *escravismo*: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terras (1850), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista da virada do século XIX para o XX. Ademais, elenca os rasgos elementares do *escravismo tardio*: 1, Relações de produção escravistas diversificadas; 2, Parcelas de trabalhadores livres; 3, Concomitância de relações capitalistas, subordinadas ao capital monopolista, com permanência, no entanto, de relações escravistas; 4, Subordinação ao capital inglês; 5, Urbanização e modernização sem mudança nas relações de produção fundamentais; 6, Tráfico interno e não mais internacional; 7, Trabalhador importado desequilibrando a oferta de força de trabalho; 8, Empresas de trabalho escravo; 9, Empresas de trabalho livre; 10, Empresas de trabalho livre e escravo; 11, Influência do capital monopolista estrangeiro; 12, Legislação protetora do escravo, substituindo a repressora do *capitalismo pleno*; 13, Luta dos escravos conjunta com outros segmentos



sociais, resistência passiva e não mais a ativa da primeira fase (MOURA, 2014, p.123-124).

Vale lembrar aqui, que a resistência dos escravizados ao modo de produção escravista nesse período é feita principalmente direcionada pelo movimento abolicionista, portanto, que possui uma dinâmica distinta da resistência no escravismo pleno. Se é verdade que há, nesse momento, um projeto político melhor representado pela abolição do trabalho escravo de modo geral, é também verdade que posterior à difusão de relações de produção capitalistas em sua forma dominante, a resistência dos sujeitos escravizados não se extinguiu. Entretanto, são desse período as principais características da formação social do Brasil ao longo do século XX com a qual terão que lidar os movimentos negros.

Vemos ainda que a ordem inversa do materialismo ocorre, embora a superestrutura jurídica não tenha alterado na mesma proporção a base econômica, pela qual foi condicionada. No texto de Moura, assim como no de Gorender, a base econômica não determina a superestrutura, mas sim a condiciona, isso significa que as condições reflexivas individuais e movimentações das classes dão à superestrutura uma autonomia relativa. Por isso, as divisões feitas entre base e superestrutura figuram como recurso de exposição de suas teses. O exemplo principal é o de que, quando houve modificações políticas ou jurídicas, portanto, no nível do estado no Brasil, as modificações não tiveram correspondente no plano do trabalho escravo, relação de produção no interior do modo de produção escravista colonial e por conseguinte da base econômica, transformação proporcional - pelo contrário, ocorreu o seu fortalecimento. A chegada da família Real portuguesa (1808) e a Independência (1822) não modificaram o modo de produção no Brasil; não alteraram, por conseguinte, a estrutura produtiva baseada no trabalho escravo, mas sim, dinamizaram e diversificaram as matérias até então produzidas (MOURA, 2014, p.78). Assim sendo, trabalho é compreendido por Moura, como o é para Gorender, ancorado na concepção materialista da história: como uma relação social de produção. É trabalho ontológico, relação primordial que metaboliza seres humanos e a natureza, que constitui o ser social. É, contudo, diferente da atividade transformadora da natureza que fazem os animais, pois



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas**
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

possui teleologia ao constituir a atividade que concretiza o que foi idealizado previamente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se ao longo do artigo analisar como a categoria trabalho foi mobilizada nos livros *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia [1942]*, de Caio Prado Júnior e *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura. Através da metodologia das controvérsias, levantou-se duas notas sobre a categoria trabalho nas respectivas obras, entendidas como posicionamentos dos autores frente à controvérsia da formação econômico-social do Brasil.

Na primeira nota, analisou-se como cada autor entendeu o surgimento do trabalho escravo no Brasil colônia, quais as razões e parte de suas consequências imediatas, além de ter-se visualizado os diferentes argumentos para explicar o estabelecimento do empreendimento colonial com o trabalho escravo. Já na segunda nota, pode-se verificar como cada autor em seus momentos específicos, isto é, as décadas de 1940 e 1990, compreenderam a relevância da trabalho escravo para a estruturação da formação econômico-social do Brasil desde a colônia. E, com isso, evidenciou-se certa proximidade de Clóvis Moura com as interpretações de Jacob Gorender, ainda que também mantivesse aspectos da leitura de Caio Prado Júnior a respeito da produção de gêneros agrícolas no Brasil orientada para o mercado externo. Clóvis Moura, como vimos, não assimilou completamente a categoria modo de produção colonial, pois entendia não haver diferença entre a escravidão ocorrida no Brasil colonial e a da Grécia Antiga. Isso, de certa maneira, evidenciou que em alguns momentos Moura endia escravidão enquanto propulsora de modo de produção, outras apenas como relação social de produção, sem definir explicitamente essas diferenças.

De modo geral, Caio Prado Júnior, no contexto de inserção de interpretações do Brasil através do materialismo histórico e dialético, iniciou uma vertente interpretativa em que o trabalho escravo é entendido como organizador da colônia. Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, o autor é responsável por uma interpretação em que o comércio figura com papel central, indicando muitas vezes, que a história do Brasil e com isso também sua formação econômico-social configura um capítulo da história econômica da Europa. Sua caracterização parte então de elementos exógenos, como é o caso do comércio, para compreender o que se constitui no Brasil em termos de organização da vida material e social.



Diferentemente de Caio Prado Júnior, Clóvis Moura com seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro* [1994] esteve imerso em discussões de tradições marxistas mais amplas e produtivas, além de ter à sua disposição, na década de 1990, inúmeras investigações no interior das universidades brasileiras que já desenvolviam plenamente, em programas de pós-graduações, estudos de caso. O autor, de certa maneira, esteve dividido entre as interpretações sobre a formação econômico-social de Caio Prado Júnior e Jacob Gorender no que diz respeito a definição do trabalho escravo, isto é, se ele cons-tituuiu no Brasil um novo modo de produção ou se figurou apenas como relação de produção particular durante a expansão do capitalismo. Estas influências teóricas não foram suficientes, como viu-se, para que Clóvis Moura não definisse sua leitura da economia política da escravidão e mesmo da transição do feudalismo ao capitalismo e, com isso, formulasse uma interpretação da formação econômico-social do Brasil própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2014

LIMA, Airton Souza de. Caio prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensos. In: Revista Aurora. Ano II número 3 – dezembro de 2008

MALTA, Maria e CURTY, Carla. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. COSENTINO, Daniel Val e GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (orgs.). História do Pensamento Econômico: pensamento econômico brasileiro. Niterói: Eduff; São Paulo: Huicitec, 2019, pp. 97-137.

MALTA, Maria e CASTELO, Rodrigo. Marx e a História do Pensamento Econômico: um debate sobre método e ideologia. Texto preliminar para apresentação no Seminário de Pesquisa de IE/UFRJ, s/d, pp. 1-21.

Disponível

em:

<https://pt.slideshare.net/luizfernandokowalski/marx-e-a-histria-do-pensamento-econmico-um-debate-sobre-mtodo-e-ideologia> (acesso em: 19/06/2023).



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. Revista Memoria Americana 16 (1) - Año 2008, págs. 63-84.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil Negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014 [1994].

_____. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Júnior: uma biografia política. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016 e

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

WASSERMAN, Claudia. Debates sobre modo de produção no período colonial: usos políticos do passado e as experiências de tempo. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC. ISSN: 1679-1061, N°26, Jan./Jul., 2019.